

Pedro Garcia Tariano

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN

Mesa: Movimentos Indígenas, ONG's e cooperação internacional: as sociedades indígenas como parceiras e gestoras de programas de desenvolvimento

Bom dia todos. Primeiro eu gostaria de agradecer o convite feito pela equipe organizadora do evento e a seguir fazer algumas considerações. O professor João Pacheco foi feliz quando disse que a FOIRN foi criada em 1987, mas eu queria fazer algumas correções quanto ao número de organizações filiadas a esta federação. Atualmente são vinte e sete associações legalizadas e algumas que ainda não o foram, correspondendo a um total de trinta e sete associações em toda a área do Rio Negro. Então não são quarenta, mas trinta, as que estão realmente mexendo com o movimento social indígena. Há outras que são mais ligadas à educação, ao movimento pastoral da Igreja. Se formos levar em consideração todas estas, devemos chegar perto dos quarenta.

O que a gente nota como coordenadores ou membros do movimento indígena em relação a esta questão das parcerias com as ONG's e com os parceiros internacionais é que, depois de vários erros, eles começaram a pensar melhor. Eu digo isto porque a gente sabe que ao longo da história os primeiros que chegaram aqui cometeram grandes erros, encontraram os índios e não se deram conta de que estavam chegando a outro país, totalmente diferente, que tinha seus povos, vários povos, com suas culturas totalmente diferentes. Eu acho que a partir deste momento é que começou o grande erro, já nos primeiros momentos do Brasil.

A gente vem tentando desenvolver algumas atividades com estas relações de parceria, mas até hoje a grande dificuldade, o grande obstáculo é que em 1988 conseguimos ganhar alguma coisa na Constituição brasileira, mas, mesmo assim, o movimento indígena e as populações indígenas continuam tendo suas dificuldades. Até agora não conseguimos fazer algumas parcerias porque o próprio governo brasileiro não viabilizou um setor que estivesse apoiando realmente, diretamente, o movimento indígena.

Tanto o governo federal, mas principalmente os estaduais, em sua grande maioria, não são sensíveis à questão indígena. Foram as parcerias internacionais que nos ajudaram um pouco ao longo destes anos na consolidação de algumas atividades e experiências e, neste ponto, recebemos várias críticas dos governantes brasileiros, dizendo que “o movimento indígena está fazendo aliança com a Comunidade Européia, está querendo internacionalizar a Amazônia”. Eu acho que esta é uma maneira errada de pensar as coisas. Com as parcerias conseguimos desenvolver algumas atividades e mostramos para o governo brasileiro que temos condições de fazer as coisas. Está certo que não temos o nível de conhecimento dos grandes pesquisadores brasileiros, mas muitas vezes eles têm uma grande diversidade de interpretações e parece que em nenhum momento vão se entender. Neste ponto as coisas não batem, não caminham juntas.

Hoje nós estamos aqui sentados com os participantes do Seminário, em sua maioria antropólogos, pesquisadores, professores. Por mais que haja participação indígena, na grande maioria dos encontros sempre somos um pouco discriminados; por mais que a gente forme comissões paritárias para discutir as coisas, os índios na verdade sempre foram uma minoria em termos de participação e de expressão em defesa de seus interesses. Por exemplo, aqui, dá para notar que a grande maioria são os pesquisadores, os que trabalham nas áreas indígenas; as nações indígenas são bem poucas, e sabemos que quem tem força é quem tem a maioria...

Quando o Pacheco coloca que as demarcações foram consideradas antigamente como um meio de preservar o meio ambiente, a ecologia, etc., eu sempre digo que não adianta preservar a natureza e o meio ambiente sem levar em consideração que no meio destas florestas vivem comunidades, vivem povos, que têm sentimento humano, que são humanos também, por mais que sejam diferentes. Não se pode pensar só em preservar o meio ambiente, tem que dar condições de sobrevivência e desenvolvimento a estas comunidades para que um dia elas possam ter tranquilidade. No rio Negro, a primeira coisa que começou a surgir foram as cooperativas. Por que elas não deram certo? Por que a gente na época só enxergava até aqui, até a parede, depois da parede não enxergávamos mais. Os próprios educadores, que na época eram os padres e que até agora continuam na área, nos mostravam uma parte aqui e depois colocavam um obstáculo. Ou seja, sem dar algum tipo de treinamento, algum tipo de curso de capacitação das pessoas sobre como levar à frente e movimentar esta cooperativa, não há como dar certo. Não adianta dizer: “Está aqui a cooperativa e vocês têm que levar para frente”, sem dizer como fazer isto. Então, como dizia o Renato, não tivemos sucesso por falta de experiência na administração. Quando eu digo “nós”, são as pessoas que administraram esta cooperativa na época. Depois instituíram algumas criações de gado bovino na área e ocorreu a mesma coisa: não tinha nenhum técnico à frente, nenhum conhecimento técnico sobre como lidar com os animais. Depois tivemos um bom prejuízo e hoje os campos de pastagem que eram feitos pelas comunidades indígenas estão abandonados. Com isso eu quero dizer que muitas vezes as comunidades indígenas foram culpadas de não saber administrar certas coisas, mas na verdade não fomos orientados sobre como fazer. O Pacheco comentou que a partir do final dos anos 80 o CIMI começou a fazer vários encontros, tomou a frente a capacitação indígena, etc. Acho que a partir destes anos começamos a entender um pouco como eram essas coisas. Como um membro ligado à Igreja e conhecedor das falhas da própria Igreja, O CIMI levantou a primeira bandeira em termos de dizer: “Bom, temos que mudar a situação, temos que conscientizar as lideranças indígenas para que elas possam mudar este quadro”. A partir deste momento houve mais iniciativa das próprias lideranças no sentido de participar e saber diferenciar as coisas. Por causa destes erros do passado, as lideranças e organizações indígenas muitas vezes ainda não têm credibilidade assim, principalmente da sociedade e dos financiadores. Mas eu gostaria de dizer que várias coisas mudaram, porque temos participado muito mais, principalmente no Rio Negro. Estivemos participando da própria demarcação das terras indígenas naquela região, sobretudo na parte executiva, na

consolidação da demarcação da área física. Outro exemplo da nossa participação, desta vez na área administrativa, é um convênio da FOIRN com a Fundação Nacional de Saúde para trabalhar com os agentes indígenas, fazendo articulações comunitárias para discutir os problemas de saúde.

Nosso objetivo a partir dos anos 90, sobretudo de 95 pra cá, tem sido crescer e ganhar a credibilidade das pessoas. Se fôssemos analisar os erros do passado, veríamos que ninguém foi feliz nas suas primeiras decisões. Como falei logo no início, os homens que chegaram aqui já começaram errando. Nós também, como populações indígenas, tivemos nossos fracassos, mas acho que a partir destes anos em diante, temos que nos levantar. Sempre pergunto nas reuniões de base como é que a gente vai deixar que os países europeus e o Brasil comemorem os Quinhentos anos sem que o governo brasileiro tenha criado um setor que apoie realmente os povos indígenas. A FUNAI foi criada com uns bons objetivos, mas a gente vê seus pontos fracos e temos que tentar pensar no que fazer a partir destas discussões. Não adianta a gente dizer que vai criar um ministério ou uma secretaria sem antes mudar o jeito que a política indígena oficial está tendo hoje. Se não conseguirmos mudar as coisas do jeito que estão hoje, para mim não adianta criar nenhum ministério, nenhuma secretaria, porque as coisas não vão mudar. Foi assim que aconteceu com o SPI: acabou o SPI e foi criada a FUNAI, mas as coisas continuaram como eram antes. Então, o que temos que analisar hoje, é se criamos algo novo ou mantemos a FUNAI, mas com reestruturações, com mudanças que possam realmente ajudar as populações indígenas.

Eu queria pegar outro ponto que o Renato colocou, a questão da grande decaída sofrida pelos projetos [quais?]. É um pouco do eu falei, da falta de experiência das comunidades. Houve também um lado negativo na rápida aceleração na criação das associações e organizações indígenas; perdemos credibilidade e muitas vezes também houve divisões. A este respeito, eu queria colocar aqui que os índios não agem da mesma maneira, não têm as mesmas posições. Em relação à questão da mineração em terras indígenas, por exemplo, algumas lideranças indígenas têm ligação com grandes interessados em explorar minérios e defendem os interesses de empresas e de garimpeiros, nunca o da comunidade indígena. A gente fica um pouco perdido quando se fala da mineração porque os interessados dizem que estamos poluindo, mas, na verdade, acho que até agora nenhum grupo indígena conseguiu fazer grandes explorações, desmatamentos ou poluir. Então, algumas considerações têm que ser feitas. Quando se fala, por exemplo, de um projeto sustentado, várias exigências são feitas como fôssemos desmatar milhares e milhares de hectares. Nós vivemos no rio Negro há milhares e milhares de anos e até agora não fizemos desmatamentos grandes os que como aconteceram aqui. Qualquer um de vocês quando pegar um avião, verá que aqui tem muito mais áreas desmatadas do que lá. Então, quando falamos de projeto sustentado, queremos dizer que não vamos fazer um desmatamento grande, mas apenas o trabalho necessário para nossa sobrevivência, para nos mantermos com uma sobra que dê para comprar nossas necessidades. As pessoas, entretanto, principalmente as agências financiadoras, pensam que vamos fazer como os grandes fazendeiros, os grandes plantadores de produtos alimentícios. Acho que

se fôssemos acabar com a floresta, se fôssemos fazer desmatamentos, não existiria mais um único pé de árvore, nem uma fauna tão perfeita quanto a nossa. Neste sentido, os financiadores têm que entender que muitas vezes eles nos fazem exigências que não se aplicam ao nosso caso. Estou falando sobre isto pensando em conversas que tivemos no mês de abril sobre a criação e instalação do PDI – Programa Administrativo Indígena. Começamos a discutir, mas muitas coisas ficaram no ar.

Bem, os comentários que eu queria fazer são estes. No momento das perguntas, poderemos responder a qualquer dúvida.